

AMBIGUIDADES EM CHARGES DE JORNAIS

Vanessa Ferreira Camilo (UFRR)

vanessaferreiracamilo@gmail.com

Paulina de Lira Carneiro (UFRR)

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a presença do fenômeno semântico da ambiguidade em charges de jornal, publicadas e/ou republicadas em sites especializados e blogs de diversos chargistas. Presente habitualmente em jornais, o gênero *charge* tem a sátira como principal característica, tematizando, por meio do humor, diversos assuntos, principalmente os que são alvos de discussões entre os leitores, como os fatos que ocorrem no ambiente político. Nesse sentido, pretende-se identificar, nas charges selecionadas do *corpus*, os níveis linguísticos de manifestação do fenômeno da ambiguidade, bem como descrever os sentidos atribuídos e possíveis interpretações inferidas nos textos chárgicos, avaliando a importância dos elementos de ordem contextual na construção dos sentidos destas produções. No que se refere ao embasamento teórico, a definição do fenômeno semântico da ambiguidade, bem como sua classificação tipológica encontram-se pautadas nos autores: Caçaño (2013), Ilari (1997), Ilari e Gerald (2006), Chierchia (2003).

Palavras-chave:

Ambiguidade. Charge. Humor. Política.

1. Introdução

Os gêneros textuais exercem um papel relevante na linguagem verbal e não verbal, tendo em vista que se apresentam sob diferentes formas. Dentre os gêneros de caráter eminentemente não verbal assume lugar de destaque a charge, que se caracteriza por ser representada em forma de desenho, podendo conter ou não elementos verbais, carrega aspectos de ordem crítica e geralmente tem seu foco voltado para a política. Um fenômeno bastante frequente nas representações chargísticas é a ambiguidade, que se refere ao duplo sentido disparado por termos, palavras ou imagens. Tal elemento presente nesse gênero textual é o que torna possível veicular conteúdos implícitos de maneira indireta, levando em consideração os elementos que cercam as possíveis interpretações que podem ser inferidas desse gênero. Nesse processo de construção dos significados do texto da charge, assume relevância as informações contextuais que podem direcionar suas possíveis interpretações.

Diante disso, a presente pesquisa pretende abordar as características do gênero discursivo *charge*, de modo a investigar os elementos que o compõem, tendo como foco, particularmente, o fenômeno semântico da ambiguidade, presente em charges de cunho político, levando-se, ainda, em consideração o seu caráter humorístico.

Nesse sentido, destacamos o problema da pesquisa que orientou esta investigação: De que forma se manifesta a ambiguidade em charges de jornais?

Para tanto, visou-se, particularmente, analisar os diferentes tipos de ambiguidade presentes nos textos constitutivos do *corpus* da pesquisa, identificando em que níveis linguísticos esse fenômeno semântico se manifesta nessas charges, compreender de que maneira as informações de ordem contextual direcionam as possíveis interpretações, tendo em vista o universo sócio-histórico-político tematizado nas charges, e por fim, avaliar como a veiculação de sentidos implícitos, por meio desse fenômeno, corrobora para a construção dos sentidos do texto chargístico.

2. A noção de ambiguidade

A fim de delimitar o fenômeno semântico da ambiguidade, faz-se necessário, primeiramente, estabelecer um panorama acerca dos aspectos que o constituem. Para tanto, adotaremos como referência alguns autores, a exemplo de Cançado (2013), Chierchia (2003), Ilari (1997), dentre outros, que o abordam apresentando as suas causas e tipologias, propondo, assim, uma análise a partir de diferentes perspectivas teóricas.

Partimos da definição de Câmara Jr. (1986), para quem a ambiguidade é a “circunstância de uma comunicação linguística se prestar a mais de uma interpretação”, que pode ser gerada em virtude de diversos fatores, sugerindo significados diversos em uma mesma mensagem. O autor em questão considera que a ambiguidade é uma consequência de dois fenômenos distintos: a homonímia e a polissemia. A distinção entre tais fenômenos será retomada no decorrer deste capítulo.

Cançado (*Op. cit.*) aponta que exemplos de ambiguidade possuem mais de uma interpretação, sendo o contexto responsável por especificar o sentido a ser utilizado e, por outro lado, em exemplos de vagueza, não é possível inferir duas interpretações, pois a palavra encerra um sentido único, independente da forma em que for colocada na sentença, sendo,

contudo, um elemento que não traz especificação. É o que podemos observar no exemplo a seguir: *Pedro acha Maria alta*.

Diante de tal sentença, observamos que, o adjetivo “*alta*” não determina a altura de “*Maria*” com precisão, de modo que o leitor possa distinguir o que seria uma pessoa “*alta*”, caracterizando-se, desse modo, como uma construção vaga e não ambígua. É nesse sentido que casos de vagueza ocorrem, com frequência, quando determinados termos não exprimem especificação, como exemplificado acima, que se refere a altura.

Convém notar que o fenômeno da ambiguidade foi amplamente estudado por semanticistas, que apresentam divergências no tocante à classificação ou especificação dos diferentes tipos de ambiguidade.

Cançado (*Ibidem*) define a **ambiguidade** como “um fenômeno semântico que aparece quando uma simples palavra ou um grupo de palavras é associado a mais de um significado”. (*Id., ibid.*, p.70). Ressaltamos que esse fenômeno se relaciona, em um sentido mais amplo à questão da indeterminação dos sentidos, tendo em vista o seu caráter polissêmico, por meio do qual determinadas construções textuais podem apresentar mais de um sentido.

A autora em questão aponta que a ambiguidade ocorre devido a diferentes fenômenos presentes na língua e estipula os seguintes tipos de ambiguidade: ambiguidade lexical, ambiguidade sintática, ambiguidade de escopo e ambiguidade semântica.

Ao abordar o primeiro tipo, Cançado (*Ibidem*) define a **ambiguidade lexical** como os casos em que a dupla interpretação é decorrente somente a partir de um item lexical. A indeterminação dos sentidos, característica do fenômeno da ambiguidade, pode estar relacionada, segundo Cançado (*Ibidem*), a duas condições, vinculadas aos elementos lexicais, a saber, a polissemia e a homonímia.

Cançado (*Ibidem*) distingue tais fenômenos ao caracterizá-los da seguinte maneira: “A polissemia ocorre quando os possíveis sentidos da palavra ambígua têm relação entre si” e “a homonímia ocorre quando os sentidos da palavra ambígua não são relacionados” (*Id., ibid.*, p. 71). Assim, no caso da polissemia, os sentidos compartilham uma base compatível, e no caso da homonímia, apresentam bases distintas de significação.

A ambiguidade gerada pela homonímia é decorrente de palavras homógrafas e/ou homófonas que apresentam sentidos distintos. Tomemos o exemplo da palavra *canto*.

A palavra em destaque pode ter como significado “lugar” ou remeter a outro significado, não relacionado ao primeiro, qual seja, “música”. Outro exemplo que ilustra um caso de homonímia decorre do item lexical *cola* que pode significar “material adesivo para unir superfícies” ou “lembrete para os alunos” (em uma sentença como *O aluno passou a cola*). Nota-se, pois, nesses casos, que não há base comum entre os diferentes significados atrelados ao item linguístico em questão.

Para exemplificar, com base em Cançado (*Ibidem*), a polissemia, tomemos o exemplo da palavra *pé*, em que há um núcleo comum de significação inerente à palavra, neste caso, algo referente à sustentação, que é retomado em todos os outros sentidos de sua ocorrência, a exemplo de construções como: pé de mesa, pé de fruta, pé de cadeira, etc. Outro exemplo é a palavra *jornal*, que faz referência tanto ao conjunto de folhas de papel que contém informações diárias, como também à instituição que publica esse conteúdo informativo.

Cançado (*Ibidem*) menciona ainda outros subtipos de ambiguidade lexical, a exemplo daquela decorrente do uso de preposições e ao uso de itens linguísticos que podem atuar como operadores de inclusão ou exclusão, a exemplo do conectivo “ou”.

A fim de caracterizar a **ambiguidade de base sintática ou estrutural**, Cançado (*Ibidem*) esclarece que:

Neste tipo de ambiguidade, não é necessário interpretar cada palavra individualmente como ambígua, mas se atribui a ambiguidade às distintas estruturas sintáticas que originam as distintas interpretações: uma sequência de palavras pode ser analisada (subdividida) em um grupo de palavras (chamado de sintagma) de vários modos. (CANÇADO, 2013, p. 76)

Observando o seguinte enunciado “O menino viu o incêndio do prédio”, podemos inferir a possibilidade de duas interpretações ou leituras distintas, provenientes, cada uma, de uma estrutura sintática diversa. Na primeira interpretação, a sentença veicula que S1: *O menino presenciou um certo edifício ser incendiado*. Por outro lado, a mesma sentença permite uma segunda leitura, segundo a qual S2: *O menino avistou um incêndio (qualquer), estando posicionado em um prédio*.

Na estrutura sintática correspondente à primeira interpretação, o constituinte sintático “do prédio” funciona como adjunto adnominal, e está atrelado, ao seu núcleo, o substantivo “incêndio”. Já a segunda interpretação citada deriva de outra estrutura sintática, em que “do prédio” funciona como adjunto adverbial de lugar, estando relacionado ao verbo “ver”. Essas diferentes estruturas podem ser visualizadas nas representações esquemáticas abaixo, em que os colchetes delimitam os sintagmas constitutivos da sentença em cada interpretação:

ES1⁵¹: [O menino viu [o incêndio do prédio]].

ES2: [O menino viu [o incêndio] [do prédio]]

Nesse sentido, verificamos que a dupla interpretação está relacionada ao modo como os elementos internos da frase estão organizados, gerando, assim, a possibilidade de mais de uma estrutura sintática para a mesma sentença.

A ambiguidade semântica, por outro lado, decorre do uso de pronomes, que, em determinadas sentenças, podem apresentar diferentes antecedentes possíveis; nesse caso, conforme esclarece Cançado (*Ibidem*, p. 8), “as possíveis interpretações são atribuídas ao tipo de ligação entre os pronomes das sentenças”. Assim, em “Vi o Joao no seu carro”, as duas possíveis interpretações decorrem do tipo de ligação entre o pronome possessivo seu e seus antecedentes. Em uma das leituras, em que Joao é o antecedente do pronome seu, a operação de referência se dá por anáfora, e, na outra interpretação, a relação entre o pronome e o antecedente se dá por meio da dêixis, e, nesse caso, o pronome tem como referente o interlocutor da frase.

A autora estipula, ainda, que a atribuição de papéis temáticos constitui outro fenômeno gerador de ambiguidade, considerando que as relações temáticas são aquelas que se estabelecem “a partir da relação de sentido que o verbo estabelece com seu sujeito e com seu complemento, seus argumentos, ele atribui uma função semântica, um papel, dentro da sentença a esses argumentos” (*Id.*, *ibid.*, p. 80).

Cançado acrescenta também que a ambiguidade desse tipo ocorre quando determinados verbos atribuem mais de um papel temático possível a um de seus argumentos, o que irá determinar diferentes

⁵¹ Utilizaremos de agora em diante a sigla “ES” para referir-se à Estrutura Sintática.

interpretações. A autora inclui nessa “classe específica de verbos” aqueles que permitem que o sujeito da sentença realize uma ação ou receba essa mesma ação, conforme a interpretação privilegiada.

Vale ressaltar que as sentenças, em determinados casos, podem apresentar mais de um tipo de ambiguidade, visto que há a possibilidade de coocorrência de diferentes tipos desse fenômeno semântico em uma mesma sentença.

Ilari (1997), em seu artigo “A noção semântica de ambiguidade”, apresenta um esquema em que, assume papel de destaque o valor de verdade da sentença, isto é, sua avaliação quanto à verdade ou falsidade em relação a um estado de coisas descrito no mundo. Desse modo, estipula-se que, para ser ambígua, uma sentença deve admitir duas interpretações alternativas, de modo que, levando-se em consideração uma dada situação ou estado de coisas, uma interpretação seja verdadeira e a outra seja falsa.

Nesse artigo, Ilari aborda os fatores que podem tornar a sentença ambígua, listando-os e classificando-os como geradores de ambiguidade.

A exemplo de Cançado (*Op. cit.*), o autor cita um fator muito comum, já mencionado, que advém do léxico e aponta também que a possibilidade de existência de mais de uma estrutura sintática para uma mesma construção se constitui em outro fator gerador de ambiguidade, tendo em vista que “duas ou mais estruturas não lineares podem corresponder a uma única sequência linear de constituintes, que pode em função disso veicular informações bastante distintas” (ILARI, *op. cit.*, p. 60). Ou seja, a análise sintática da sentença pode apontar para duas possibilidades diferentes de estruturas sintáticas, implicando em dois sentidos distintos para a mesma.

Outro fator que produz ambiguidade, segundo Ilari (*Ibidem*) está relacionado aos fenômenos de correferência, isto é, casos em que ocorre “compatibilidade de um anafórico com dois ou mais antecedentes” (*Id.*, *ibid.*, p. 63), ou seja, a sentença se torna ambígua por permitir mais de um referente para um mesmo item linguístico.

Esse tipo de ambiguidade corresponde, parcialmente, ao que Chierchia (2003) denomina de **ambiguidade semântica**, também apontada por Cançado (*Op. cit.*), como explicitamos anteriormente.

Ilari (*Op. cit.*) também aponta para um tipo de ambiguidade em que determinadas expressões podem ser interpretadas a partir de dois

processos distintos, a saber: a) de modo **composicional** que, de acordo com o autor, constitui-se “um procedimento pelo qual os vários constituintes são responsáveis cada um por uma contribuição específica e previsível ao sentido total da sentença” (*Id., ibid.*, p. 65), ou seja, a atribuição de sentido é determinada levando-se em consideração os valores semânticos das partes de uma sentença; b) de modo **não composicional**, em uma construção denominada pelo autor como “formulaica”, que forma “blocos significativos indivisíveis” (*Id., ibid.*, p. 65), em que o sentido é inferido a partir do valor semântico atribuído à sentença como um todo, de modo a constituir-se um único “bloco”. Como exemplo deste tipo de ambiguidade, observemos a seguinte sentença: *João bateu as botas*.

Na sentença acima é possível inferirmos duas leituras: a primeira refere-se ao seu sentido composicional, em que se estaria remetendo ao “ato de bater uma bota na outra” e, nesse caso, a leitura é determinada pela contribuição semântica individual de cada um dos elementos da sentença; já a segunda refere-se ao seu sentido não-composicional, significando “morrer, falecer”, e, agora, a interpretação se dá a partir do “todo”, que consiste em um significado cristalizado e não transparente, que não decorre da decomposição das partes.

Chierchia (*Op. cit.*) também tece considerações acerca de alguns dos tipos de ambiguidades ilustradas acima a partir de Cançado (*Op. cit.*) e Ilari (*Op. cit.*), classificando-as em: ambiguidade lexical, sintática e semântica.

Vale salientar que as questões que dizem respeito ao fenômeno da ambiguidade podem ser parcialmente explicadas a partir dos pressupostos que regem a teoria gerativa, baseada nos estudos de Chomsky. De acordo com o autor em questão, o ser humano é dotado biologicamente de uma capacidade inata, referente ao conhecimento das regras gramaticais que pertencem ao sistema linguístico de sua língua.

Assim, o falante possui princípios universais que o leva a construir sentenças sem desprezar as regras que regem determinada língua, bem como o habilitam a interpretar sentenças nunca ouvidas ou lidas.

Sob a perspectiva gerativista, a *intuição* é caracterizada como aspecto relevante no processo de compreensão dos significados de uma sentença, visto que os falantes nativos de determinada língua, baseados

na relação existente entre as palavras, conseguem atribuir interpretação às sentenças de sua língua.

Vale ressaltar que Ilari e Geraldi (2006) além de distinguir dois dos tipos de ambiguidade explicitados até o momento, lexical e estrutural, também consideram uma **ambiguidade de tipo situacional**.

Este tipo de ambiguidade equivale, segundo a perspectiva dos autores, à noção de implicatura conversacional, pois, nesses casos, a interpretação está relacionada ao contexto, sendo necessário levar em consideração a intenção do falante e os conhecimentos compartilhados, ou seja, informações que extrapolam o linguístico.

No tocante a fatores determinantes no que se refere à atribuição de sentido aos enunciados, de um modo geral, e, mais particularmente, no caso da ambiguidade, destaca-se o fator contextual, que assume relevância na construção da crítica e do humor em textos chárgicos, visto que as informações pertencentes ao universo sócio-histórico-político auxiliam na significação de expressões que se apresentam de forma indeterminada e podem direcionar as possíveis interpretações do leitor.

O contexto, que possui como valor fundamental especificar e acrescentar efeitos de sentido, torna-se relevante para o leitor, tendo em vista que para interpretar determinados textos busca-se recuperar a intencionalidade comunicativa, pois, de acordo Ochs (1979c *apud* LEVINSON, 2007), o âmbito do contexto inclui:

(...) no mínimo, as crenças e suposições dos usuários da língua a respeito de cenários temporais e sociais; ações passadas, presentes e futuras (verbais, não verbais), e o estado do conhecimento e da atenção dos participantes da interação social em questão". (OCHS, 1979 *apud* LEVINSON, 2007, p. 27)

Dessa forma, a definição de *contexto* remete ao momento/situação em que o enunciado foi proferido, sendo o sentido inferido não apenas a partir da própria sentença, mas também determinado pela intenção do falante, de acordo com a situação comunicativa.

Nesse sentido, não é possível compreender um enunciado sem a consideração do contexto em que está inserido, pois os elementos situacionais, ou seja, aquilo que está presente na situação de fala de forma imediata, bem como fatores de ordem sócio-histórico-política, caracterizam-se por serem atribuidores de sentido, e, assim, as interpretações podem variar. Por conseguinte, o contexto pode acabar

modificando os significados expressos a partir do sentido literal das palavras dos enunciados.

3. *Análise do corpus*

Este capítulo tem por objetivo apresentar a análise do *corpus* coletado para a elaboração desta pesquisa, na qual se pretendeu investigar a presença do fenômeno da ambiguidade em charges de cunho político. Para tanto, buscou-se, em um primeiro momento, descrever detalhadamente os elementos verbo-visuais que compõem cada um dos textos, listando as interpretações possíveis, suscitadas a partir da elaboração do texto chárgico, e, posteriormente, apontando as críticas político-sociais, veiculadas pelos autores das representações chargísticas, levando-se em consideração seu contexto sócio-histórico-político.

(CH01)



Adão Iturrugarai, Folha de São Paulo, 24/04/18. Disponível em <<http://fotografia.folha.uol.com.br>>

A charge (CH01), reproduzida acima, é uma criação de Adão Iturrugarai, publicada na Folha de São Paulo. Trata-se da representação de um protesto em que é possível observar que há um grupo de pessoas, caracterizadas como manifestantes, e um personagem que, de acordo com seu traje, estaria representando um funcionário.

No diálogo transcrito no texto da charge, os manifestantes, que figuram como representantes da classe trabalhadora, portam cartazes e gritam palavras de ordem, e um deles se dirige a um funcionário, vestido em trajes formais, ao modo de um burocrata, e lhe explica o motivo do protesto, afirmando que eles “Vieram protestar contra o sistema”. Diante da abordagem do personagem manifestante, o funcionário, impassível, responde com naturalidade que não seria possível atender às reivindicações dos populares, pois o sistema estaria “fora do ar” naquele momento.

Nota-se, portanto, que ambos os personagens, em suas falas, fazem referência ao termo “sistema” que, no contexto da charge, assume um caráter polissêmico, que gera a ambiguidade. Com efeito, na fala do manifestante, este vocábulo pode ser interpretado como “complexo de normas e padrões de organização da economia, do exercício do poder e da sociedade”, ou seja, “sistema político” – enquanto que, no discurso do outro personagem, o suposto burocrata, o mesmo termo pode ser interpretado, agora, com outro sentido: “equipamento composto de diversos integrantes interdependentes”, remetendo, assim, a “sistema informático”.

Nesse sentido, ressaltamos aqui a noção de *script*, uma vez que, a partir de um termo de caráter polissêmico, como o citado acima, dois universos, que, em princípio, são distintos ou não se correlacionam, são acionados, ocasionando a dupla interpretação no texto chargístico, responsável pelo efeito de humor. É o que podemos visualizar esquematicamente no quadro a seguir:

Item linguístico	Personagem	Script	Sentido/Interpretação
Sistema	Manifestantes	Domínio da política	Complexo de normas e padrões de organização da economia, do exercício do poder e da sociedade.
	Burocrata	Domínio da Informática	Equipamento composto de diversos integrantes interdependentes

Assim, podemos observar que, na charge em questão, não há uma interação propriamente dita entre os personagens, visto que o personagem burocrata não compartilha da mesma atribuição de sentido ao termo “sistema”, que o personagem caracterizado como manifestante, uma vez que cada um seleciona um campo totalmente distinto do outro para o termo.

A partir desse contexto podemos inferir que a representação chargística acima, de cunho atemporal, aponta para a existência de um sistema que denominamos político, no qual os personagens estão inseridos, do qual emanariam determinações que todos devem seguir, ou seja, esse “sistema político”, citado na charge, determina que as pessoas/os trabalhadores devem ocupar determinadas posições e se

submeter a determinadas obrigações. É nesse sentido que o chargista aponta para o fato de que o trabalhador estaria denunciando, no suposto protesto representado na imagem, esse “sistema” que os coloca em uma posição hierarquicamente subalterna.

(CH02)



Amarildo, Blog Tribuna da Internet, 20/11/2017. Disponível em <<http://www.tribunadainternet.com.br>>

Na charge (CH02), criação de Amarildo, podemos observar no texto não-verbal a imagem daqueles que representam os três poderes no Brasil, a saber, o legislativo, o judiciário e o executivo. Cada um segura um objeto em suas mãos que caracteriza sua função. O primeiro porta uma caneta, e este seria responsável pela elaboração das leis; o segundo exhibe uma balança, símbolo que indica o equilíbrio e faz referência à justiça e ao Direito, sendo responsável pela aplicação das leis, o terceiro, por sua vez, traz consigo, junto ao corpo, papéis, e seria responsável pela administração das leis.

No entanto, há uma ruptura com o universo a que remete o *script* acionado inicialmente, na medida em que, no texto, ao lado das três figuras institucionais descritas acima, há a inserção do “poder paralelo” como uma continuidade dos demais. O personagem que representaria este suposto “quarto poder” porta em sua mão uma arma de fogo de grosso calibre (fuzil) e está encapuzado, e, de acordo com o texto chágico, seria responsável pela “execução” das leis.

Dentro desse contexto, destaca-se a forma verbal “executo”, presente na frase pronunciada pelo representante do “poder paralelo”, em que podemos observar a ausência de um objeto direto, o que nos permite, dessa forma, inferir uma leitura alternativa. Assim, a ambiguidade é

introduzida a partir do termo em questão e gerada pelo fenômeno da homonímia, apontando para dois sentidos distintos.

Nesse sentido, vale ressaltar que o termo em questão aciona dois *scripts* distintos e não relacionados, em princípio, estando o primeiro significado, acima aludido, inserido no universo das relações institucionais e, portanto, da legalidade, ao passo que o segundo significado, selecionado prioritariamente pelo “quarto poder”, encontra-se inserido no universo do crime e da violência, representando, dessa forma, o domínio da ilegalidade. É o que podemos visualizar no quadro abaixo:

Item linguístico	Personagem	Domínio	Script	Sentido/ Interpretação
<i>Executo</i>	Representantes dos três poderes “oficiais”	Legalidade	Universo Institucional	Função de aplicar as leis
	Representante do quarto poder	Ilegalidade	Universo do Crime	Assassinar/matar

Em suma, podemos observar que a charge aqui analisada veicula, por meio dos efeitos do humor, uma crítica de ordem política, apontando para o fato desse poder, caracterizado pela ilegalidade, assumir de certa forma, a posição que o Estado deveria ocupar, ou seja, o Estado diversas vezes não atende às necessidades da população, dando margem à atuação de grupos, a exemplo das milícias, citadas acima, que são mantidas com recursos provenientes de extorsão e exploração dos cidadãos, de modo clandestino. Ou seja, dentro desse universo, em razão da ineficiência dos poderes instituídos, o poder paralelo acaba se “institucionalizando”.

(CH03)



Arnaldo Angeli, Site Humor Político, 24/02/2018. Disponível em <<http://https://www.humorpolitico.com.br/>>

No texto chágico acima, produzido por Arnaldo Angeli e publicado no site Humor Político, temos um diálogo, disposto em cinco quadros, entre dois personagens, que aborda questões referentes ao que é *público* e o que é *privado*. No primeiro quadro, um dos personagens, aparentemente um parlamentar, define o que seria cada um desses termos, caracterizando o que é *público* como sendo “aquilo que pertence à nação”, e o *privado* como “aquilo que pertence a pessoas particulares”.

Na sequência do diálogo, podemos observar dois personagens caracterizados com máscaras em seus rostos, sugerindo-nos, a princípio, a representação de ladrões, uma vez que estes se utilizam deste artifício para ocultar sua identidade. Tais personagens travam um diálogo em que um questiona o outro sobre o que irão fazer após “tudo isso”, e em resposta, o segundo personagem presente no quadro argumenta que irá “candidatar-se às próximas eleições”. Nota-se, além disso, na parte superior do quadro, que há a sequência verbal “Ilha Cucuia”, em que Cucuia constitui-se como um topônimo, o qual faz referência a uma ilha, qualificada na charge como um paraíso fiscal. A expressão em questão denomina-se, no português brasileiro, *expressão idiomática*, caracterizada de acordo com Figueiredo Silva (2011), em seu trabalho “Compostos e expressões idiomáticas no português brasileiro”, como sendo “um conjunto de palavras que transmite um único significado, no mais das vezes desligado do significado de suas partes constitutivas” (FIGUEIREDO SILVA, 2011, p. 262). A título de exemplo de construções desse tipo, teríamos também a sequência “chutar o pau da barraca”, que pode referir-se tanto à ação de chutar, de dar pontapés ou chutes em um dado objeto, efetivamente, como também ao ato de perder a calma ou o controle, enraivecendo-se ou ficando nervoso.

Nesse sentido, uma expressão de caráter idiomático torna manifesto um aspecto presente em construções produzidas por falantes de línguas naturais, a saber, a *não-composicionalidade*, que, de acordo com Davel (2013, p. 6), está relacionada “à falta de transparência semântica”, que se refere à impossibilidade de atribuição de significado, isoladamente, “aos elementos que compõem a expressão”, sendo possível depreendermos um significado somente para a expressão como um todo.

Para fins de ilustração, segue abaixo um quadro especificando os possíveis significados atribuídos à sequência:

<i>Ir para cucuia</i>	Personagem	Modo de composição do significado	Sentido/Interpretação
	Cidadão	Não Composicional	S1: Desaparecer/Sumir
Político	Composicional	S2: Ir para um determinado espaço (ilha) denominado “Cucuia”	

Os efeitos de sentido, e a instauração do humor a que o autor Angeli se propõe são alcançados no último quadro, quando os dois personagens, que foram mencionados no início do diálogo, e que, em princípio, estariam representando políticos, aparecem descontraidamente fumando charuto, pescando e conversando na “Ilha Cucuia”, que na charge estaria representando “o paraíso fiscal”.

Dentro desse contexto, o chargista, por meio do fenômeno da ambiguidade e utilizando-se dos efeitos do humor, veicula uma crítica de ordem política e social, expondo seu posicionamento, no que tange a assuntos do âmbito político.

4. Considerações finais

A partir das análises das charges coletadas, identificamos os níveis linguísticos em que o fenômeno da ambiguidade se manifestou, destacando-se primeiramente, o tipo de ambiguidade em que o duplo sentido decorre somente de um item lexical, de modo que a indeterminação dos sentidos estaria vinculada a elementos lexicais que ora compartilham de uma base de significação comum (polissemia) e ora apresentam bases distintas de significação (homônimia).

Posteriormente, analisamos também charges em que se fazia presente o tipo de ambiguidade de “caráter formulaico” (ILARI, 1997), em que as leituras possíveis são geradas levando-se em consideração as noções de composicionalidade e não composicionalidade.

Ressaltamos que, para esta análise, fez-se necessário, além do conhecimento acerca da classificação tipológica estabelecida pelos autores, a compreensão da noção de *script*, proposta por Raskin (1979) e explorada por Travaglia (1989;1992) e Rosa (2003).

Com efeito, na maior parte dos textos analisados, foi possível perceber o acionamento de universos distintos, ou seja, que, a princípio, não se correlacionavam, mas que ao serem acionados, a partir das

expressões ambíguas, eram responsáveis pela dupla interpretação das charges do *corpus*, bem como pelos efeitos humorísticos.

Por fim, baseando-se na noção de contexto, constatou-se que as informações de ordem contextual, no que tange ao universo sócio-histórico-político são essenciais para o direcionamento da compreensão/interpretação das charges.

Nesse sentido, evidenciou-se que os elementos contextuais aludidos são, de fato, caracterizados como atribuidores de sentido, de modo que o significado expresso a partir dos itens linguísticos pode ser modificado em função do contexto, assumindo este, portanto, relevância na construção da crítica proposta pelos chargistas, bem como sendo crucial para a compreensão dos sentidos mobilizados pelo texto chargístico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORTONI, Ricardo; STELLA, Maris. *O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa*. São Paulo: Parábola, 2008.

CANÇADO, Márcia. *Manual de semântica: noções básicas e exercícios*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

CÂMARA Jr., Joaquim Matoso. *Dicionário de Linguística e gramática: referente à língua portuguesa*. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

COSTA VAL, Maria da Graça. *Redação e textualidade*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

CHIERCHIA, Gennaro. *Semântica*. Campinas: Unicamp; Londrina: EDUEL, 2003.

DAVEL, Alzira da Penha Costa. Uma descrição das expressões cristalizadas e o processamento automático. In: *Percursos Linguísticos*. v. 3, n. 7, 2013, p. 92-111. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/percursos/issue/view/355>>

FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina. Compostos e expressões idiomáticas no português brasileiro. In: *Revista da ABRALIN*, v. Eletrônico, n. Especial, 2ª parte, p. 261-77, 2011.

HAROCHE, Claudine. Da ambiguidade linguística a uma desambiguação extralinguística (a completude e o complemento). In: *Fazer*

dizer, querer dizer. Trad. Eni Orlandi (com a colaboração de Freda Indursky e Marise Manoel). São Paulo: Hucitec, 1992. p. 33-52

ILARI, Rodolfo. A noção semântica de ambiguidade. In: *Veredas – Revista de Estudos Linguísticos*. v. 1, n. 1. Juiz de Fora: Edufff, 1997.

_____.; GERALDI, João Wanderley. *Semântica*. 11. ed. São Paulo: Ática, 2006.

LESSA, D. P. O Gênero textual charge e sua aplicabilidade em sala de aula. In: *Revista Travessias*, n. 01, 2007.

LEVINSON, Stephen. *Pragmática*. São Paulo: Martins Fontes, 2007

MARINGONI, Gilberto. *Humor da charge política no jornal*. Comunicação e Educação. São Paulo, 1996. p. 85-91

MATIAS, Avanzuzia Ferreira. *Intertextualidade e ironia na interpretação de charges*. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

POSSENTI, Sírio. *Os humores da língua: análise linguística de piadas*. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

_____. *Humor, língua e discurso*. São Paulo: Contexto, 2010.

RASKIN, Victor. Semantic Mechanisms of Humor. In: C. Chiarello *et al.* (Eds). *Proceedings of the Fifth Annual Meeting of the Berkeley Linguistic Society*. 1979. p. 325-35

ROMUALDO, Edson Carlos. *Charge jornalística: intertextualidade e polifonia: um estudo de charges da Folha de S. Paulo*. 1. Reimp. Maringá: Eduem, 2000. p. 47-83

ROSAS, Marta. *Por uma teoria da tradução do humor* (The case for a theory of the translation of humor) [on line]. 2003. Disponível em <<http://www.erudit.org/revue/meta/1989/v34/n1>>ISSN: 0026-0452.

TRAVAGLIA, Luiz C. *Recursos Linguísticos e Discursivos do Humor*. Humor e Classe Social na Televisão Brasileira. Comunicação. Universidade Federal de Uberlândia, 1989. p. 670-7

_____. Uma introdução ao estudo do humor pela linguística. In: *DELTA*, v. 6, n. 1, São Paulo, 1990. p. 55-82

_____. Homonímia, mundos textuais e humor. In: *Organon*, v. 3, n. 23, Porto Alegre, 1992. p. 43-52

ZAVAGLIA, Cláudia. A ambiguidade gerada pela homonímia: revisitação teórica, linhas limítrofes com a polissemia e proposta de critérios distintivos. In: *DELTA*, v. 19, n. 2, São Paulo, 2003. p. 237-66.